

O Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (*O Estado de S.Paulo*, 1914): fonte para o estudo do imaginário republicano.

Bruno Bontempi Júnior

Julio Mesquita (1862-1927) ingressou no já assumidamente republicano *A Província de São Paulo* em 1885, como redator. Em 1891, assumiu a “direção política” do jornal, com a eleição do antigo titular do cargo, Rangel Pestana, para o Senado. Em 1890, o jornal alterou o seu nome para *O Estado de S.Paulo*. (SODRÉ, 1999).

Desde os tempos de Rangel Pestana, *A Província de São Paulo* anunciava-se como jornal isento e independente. Organizado como empresa capitalista, o jornal proclamava-se diferente das demais folhas, que, subvencionadas por facções políticos ou pelo próprio Estado, dependiam de seus favores e, também por isso, defendiam sempre os seus interesses. A condição de fiscalizadora isenta dos poderes e prestadora de serviço ao cidadão, característica da imprensa moderna, parece ter-se sedimentado em *OESP* sob a administração de Julio Mesquita, que, sob as circunstâncias políticas do momento, tomou o controle acionário da empresa, tornando-a economicamente “independente”.

A “modernização” do jornal teve sua oportunidade na crise do Partido Republicano Paulista, logo nos primeiros anos do novo regime. De acordo com Casalecchi (1987, p.101-103), os desentendimentos no seio do PRP surgiram com a sucessão de Campos Salles. O Presidente tinha como candidatos Rodrigues Alves, para a Presidência da República, e Bernardino de Campos, para a Presidência do Estado. Mesquita, entendendo a indicação pessoal desse último como intromissão indevida do Presidente nas atribuições da Comissão Central do PRP, propôs as candidaturas de Prudente de Moraes e Cerqueira César para os respectivos cargos. Essa fissura se expandiu para a discussão da revisão da Constituição de 1891, em que a ala dissidente, de Mesquita e outros correligionários, investia contra os mecanismos da política oligárquica de Campos Salles.

A 8 de setembro de 1901, *OESP* publicou em sua primeira página o Manifesto Dissidente, sob o título “Aos republicanos de São Paulo”, narrando a história dessa cisão e travando o compromisso de uma Convenção da Dissidência, da qual surgiria o programa de um novo partido. Desse momento em diante, definiu-se o antagonismo entre *OESP* e *Correio Paulistano*, que se define claramente como órgão da ala situacionista do PRP (p.106). O

rompimento do jornalista com Campos Salles que fez com que os acionistas ligados ao PRP se retirassem da sociedade mantenedora, oferecendo a oportunidade para que Mesquita adquirisse a maioria das cotas e, já em 1902, se tornasse dono da empresa (CALDEIRA, 2002, p.28), até que, em 1907, ela voltasse a ser uma sociedade anônima, tendo Mesquita como redator-chefe. Quando Rodrigues Alves assumiu a Presidência do Estado, em 1912, o jornal, cuja tiragem já superava 25 mil exemplares, não mais dependia dos favores do dinheiro público, pois “fornecia notícias e artigos recebendo em troca dinheiro de anunciantes e leitores” (p.29) e jogava abertamente no mercado. Em 1914, o jornal volta a tornar-se propriedade de Julio Mesquita. Em 1916, a tiragem chegaria a 45 mil; em 1917, a 53.600 exemplares. Para indicar o crescimento vertiginoso do jornal e da empresa, basta cotejar essas cifras com as tiragens de 1885, 4.000 exemplares, e 1888, 7.500 (SODRÉ, 1999).

Como aponta Miceli (2001, p.91), “o êxito comercial desse órgão está na raiz da diversificação das atividades do grupo Mesquita, que, tendo-se convertido numa facção partidária, pôde assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista”. É preciso observar, entretanto, que, se Mesquita passou a congregar em torno de seu jornal os dissidentes do situacionismo perrepista, isso não o impedia de propagandear o seu diário como isento e imparcial, como um órgão voltado para o serviço informativo ao leitor, e não para favorecer ou defender grupos políticos, como era o *Correio Paulistano*.

Tendo os interesses políticos e a ideologia ocultos sob o véu da isenção de um órgão de imprensa independente, o jornal de Mesquita passara a atrair um público variado e não previamente definido por suas preferências políticas, a que se oferecia o discurso das alas dissidentes do PRP, apresentado, porém, como a fala e a consciência da “opinião pública esclarecida”. Sob a força de tal representação social da imprensa, os leitores diários de OESP, cuja tiragem já girava em torno de 25 mil exemplares, receberam as idéias expressas no inquérito de 1914, respondido por “especialistas”, e não por políticos.

Em 1914, Mesquita tomou a iniciativa de realizar um inquérito sobre a instrução pública no estado e suas necessidades, declarando a finalidade de identificar as dificuldades da organização escolar e obter soluções para melhorá-la. Para responder ao inquérito, convidou um grupo de especialistas: dirigentes educacionais, professores e um jornalista, cujas opiniões foram publicadas entre 27 de fevereiro e 20 de abril nas páginas 4 e 5 do jornal.

Os entrevistados escolhidos por Julio Mesquita para responderem ao inquérito são em número de 14. Por ordem de publicação, responderam ao inquérito Oscar Thompson (27/02 e 28/02), Paulo Pestana (3/3), Ruy de Paula Souza (5/3), João Lourenço Rodrigues (7/3), Antonio Rodrigues Alves Pereira (8/3), João Chrisóstomo (10/3), Arnaldo de Oliveira

Barreto (13/3), Antônio de Azevedo Antunes (16/03), José Ribeiro Escobar (20/03), Mariano de Oliveira (23/03), Pedro Voss (27/03), João Pinto e Silva (29/03), Francisco Azzi (30/03) e Ramon Roca Dordal (06/04). Perfazem, quanto aos cargos ocupados naquele momento, registrados pelo jornal em suas respectivas apresentações, um diretor geral da instrução pública, quatro inspetores, três diretores, quatro professores de Escola Normal, além de um ex-professor e de um colaborador do jornal. Com esta seleção, o jornal indica ter tido a intenção de ouvir as opiniões dos ocupantes dos diferentes graus da organização burocrática da Inspeção-Geral da Instrução Pública, estipulada pela Lei 520, de 1897, pouco mais tarde denominada Diretoria Geral.

A ampla maioria dos entrevistados integra um grupo que, diplomado pela Escola Normal no último decênio da monarquia, ganhou “projeção política e administrativa” nos anos iniciais da primeira década republicana (MONARCHA, 1999, p.214). Esta geração de normalistas, cujos mais antigos representantes no inquérito, Ramon Roca Dordal e Mariano de Oliveira, formou-se em 1888, “destacou-se ao liderar movimentos associativos do magistério, assessorar autoridades educacionais e produzir material didático de divulgação das novas idéias, especialmente no que diz respeito ao ensino da leitura” (MORTATTI, 2000, p.78). A maioria dos entrevistados participou do movimento de uniformização do ensino no Estado de São Paulo, desencadeado na gestão de Oscar Thompson na Diretoria Geral da Instrução Pública (1909-1910), como autores de métodos e cartilhas ou na condição de inspetores de ensino e membros de comissões encarregadas de revisão e indicação de livros didáticos e cadernos, mapas e materiais de ensino, adotados nas escolas públicas (Souza, 1998, p.233).

Grande parte dos entrevistados figurou na diretoria da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista (1901), entidade criada com o fim de defender e orientar a classe docente do estado, assim como das comissões de redação da *Revista de Ensino*, sua publicação periódica. Assim, Antonio Rodrigues Alves Pereira, João Pinto e Silva, Ramon Roca Dordal e João Chrisóstomo dos Reis Jr. haviam sido signatários dos estatutos da Associação; enquanto João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson e José Ribeiro Escobar ingressaram na entidade após a aprovação dos estatutos, mas se destacaram por suas atuações junto à *Revista*. Arnaldo da Silva Barreto também participou da redação da revista (CATANI, 1989, p.54). Tal vinculação, somada à condição funcional dos entrevistados na organização burocrático-administrativa da instrução pública paulista, pode explicar certas características do documento em exame.

As perguntas feitas no inquérito estimulavam tanto a elaboração, por parte dos

entrevistados, de um diagnóstico da situação da instrução primária no estado, como de propostas para uma eventual reforma, apresentando os seguintes tópicos: lacunas e defeitos do ensino, a questão dos programas, horários de atendimento escolar, métodos de ensino, grupos escolares e escolas isoladas, escolas rurais e ambulantes, ensino rural, ensino moral e cívico, provimento das escolas, seleção do professorado, ordenados e recompensas do professorado, organização de ensino, orientação pedagógica, direção do ensino, escolha de livros didáticos e, finalmente, um item reservado para a sugestão de reformas a serem empreendidas na instrução pública do estado.

Na maior parte dos casos, como indicam as menções explícitas do jornalista e a reprodução dos diálogos, procedeu-se por entrevistas presenciais, mas houve casos em que entrevistados enviaram suas respostas por carta. Havia um roteiro previamente estipulado, cuja seqüência deveria ser respeitada. O exame da série indica claramente os recursos utilizados pelo jornalista para homogeneizar as matérias: preparar as entrevistas antecipadamente, segundo temas dispostos em uma determinada seqüência; introduzir “retrancas” no texto, a cada tópico surgido, a fim de separar e dar destaque aos assuntos. Assim, embora haja nas entrevistas inclusões, supressões, mescla de tópicos e desequilíbrio no tratamento, introduzidas ao sabor da personalidade do entrevistado ou mesmo dos rumos da conversação, os textos publicados são muito semelhantes em sua forma.

Ao cotejarem-se os tópicos do inquérito com os artigos e editoriais dos três ciclos da *Revista de Ensino*, conforme identificados por Catani (1989), torna-se evidente que Mesquita pautou o inquérito segundo os temas e polêmicas mais afetos ao professorado militante do estado havia mais de um decênio. Em outras palavras, o jornalista convidou os “especialistas” para falarem sobre as tópicas que julgavam decisivas e fundamentais. Provavelmente, o fez para confrontar os “políticos” que vinham dando as cartas nos poderes executivo e legislativo do estado, ou seja, os responsáveis por uma situação sobre a qual se apontam “defeitos e lacunas”. A condição de funcionários públicos, assim como as altas posições naquele momento ocupadas no *staff* administrativo da Diretoria Geral da Instrução Pública, entretanto, contribuíram para amenizar o tom das críticas.

Oscar Thompson, então diretor da Escola Normal Caetano de Campos e ex-Diretor Geral da Instrução Pública, de início não se mostrou à vontade para a entrevista. Como seria esperado de quem ocupara havia pouco o topo da hierarquia da administração da instrução pública incomodava-lhe dissertar sobre as lacunas e defeitos do ensino, nos quais estivera diretamente implicado. Preferia ressaltar os feitos que “os governos paulistas” vinham realizando desde os primeiros atos da reforma para o progresso da instrução no estado,

atribuindo à falta de tempo a incompletude da obra: “em vinte e quatro anos de trabalho, lapso de tempo insignificante para tão vasta reforma, o governo paulista conseguiu resultados que outras nações não lograram obter”. O mero exame das estatísticas educacionais do estado poderia desfazer a “ilusão” de que a instrução pública não progredira. Por fim, sentencia: “acho que temos progredido sempre e as minhas homenagens aos continuados esforços dos governos paulistas são sinceras” (*OESP*, 27/02/1914).

Em suas considerações iniciais, o Diretor Geral da Instrução Pública (1912-1916), João Chrisóstomo, repete Thompson, a quem viera substituir no cargo. Embora reconheça a existência de defeitos e lacunas, recusa-se a ver o ensino primário como “um monstro aleijão”. Lembra, como Thompson, que os sucessivos governos republicanos deram a maior atenção aos problemas da instrução pública, tendo sempre o professorado paulista como “colaborador efetivo da educação da infância”. O repórter então lhe pergunta: “Se é assim, ao que o senhor atribui os defeitos e as lacunas?”. Sua resposta é, de novo, semelhante à de seu antecessor: vinte e dois anos não é tempo suficiente para que se torne perfeita “uma instituição que se achava em estado embrionário” (*OESP*, 10/03/1914).

Tanto o inspetor Azevedo Antunes (16/03), como Pedro Voss (27/03), diretor da Escola Normal de Itapetininga, dão respostas semelhantes. O recurso “republicano” de invocar o vazio do Império, implícito na idéia de que as primeiras reformas produziram um embrião, aparece explicitamente nas falas de Antonio Rodrigues Alves Pereira, diretor do Ginásio de Campinas, e de Ramon Roca Dordal, inspetor de ensino. Enquanto que, para o primeiro, os defeitos existentes no ensino do estado “são ainda resultantes dos vícios da escola antiga, da organização centralizadora em uso desde os tempos coloniais no nosso sistema de instrução primária” (*OESP*, 8/3/1914), o segundo afirma que “nem tudo são defeitos e lacunas”, mas pergunta: “como estar tudo feito onde tudo faltava?” (*OESP*, 6/4/1914).

Há, em certos casos, certa indulgência para com a situação do ensino em São Paulo, como nas respostas de José Escobar, professor da Escola Normal de Itapetininga, e de Ruy de Paula Souza, professor de francês da Escola Normal Caetano de Campos. Para José Escobar (*OESP*, 20/3/1914), na instrução pública do estado, como na superfície solar, há pontos brilhantes, e não apenas manchas; lacunas e defeitos estão presentes nos sistemas de educação de todos os países do mundo. Para Paula Souza, “parece que [o ensino] é o que poderia ser, no seio de um povo que está, em tudo, ensaiando, experimentando, iniciando”, posição compatível com a condição de quem, na gestão de Oscar Thompson na Diretoria Geral da Instrução Pública, ocupara interinamente a direção da Escola Normal Caetano de Campos. Quanto ao legado das primeiras reformas, Paula Souza, alegando não ter condições

de ir além, devido aos limites do ponto de vista teórico que a função de professor o habituou a ter, procura não se comprometer com uma avaliação diagnóstica: “não quero externar-me acerca da organização propriamente dita; manifestem-se sobre isso aqueles que por um longo tirocínio puderam estudar na prática os prós e os contras” (*OESP*, 5/3/1914).

A postura cautelosa indica o receio dos entrevistados em ferir suscetibilidades por meio da palavra publicada, mas também, que reconhecem no jornal a sua condição apartidária, como um palanque da isenção e do compromisso com a verdade. Por isso, advertem que suas falas devem ser matizadas pelos leitores, uma vez declarado o viés que se introduz pelo fato de pertencerem ao quadro funcional da instrução no estado. Ramon Roca Dordal ilustra esta posição, ao confessar um “natural receio” de dar as suas opiniões, uma vez que, como “inspetor escolar em exercício desde 1907, cargo que considero de confiança, minhas opiniões poderão ser talvez tidas como suspeitas ou otimistas” (*OESP*, 6/4/1914).

João Lourenço Rodrigues, antigo inspetor de ensino e ex-Inspetor Geral da Instrução pública (1907-1909), mostra-se igualmente consciente da natureza de sua perspectiva. O então professor de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria da Escola Normal Caetano de Campos, “parte da ‘elite’ do professorado paulista”, inicialmente resiste a responder ao inquérito, dizendo que qualquer “interpretação pessimista” de sua parte poderia ser tomada como uma crítica a seus sucessores na gestão da instrução pública. Diz ele: “ninguém pode ter ilusões sobre o estado em que [o ensino primário] se acha. [...] Mas não quero ser o primeiro a dar o brado de alarma. Podem interpretar-me mal” (*OESP*, 7/3/1914).

Convencido pelo insistente jornalista, porém, a exprimir a sua opinião, o ex-inspetor finalmente aponta como defeito primordial a “desarticulação das partes” do sistema de ensino, que teria sido promovida já na primeira década do século: “no período de 92 a 96 – belo período! –, o nosso sistema de ensino se desdobrava através de um conjunto de instituições seriadas [...]. Com o sistema das reformas parciais, tudo isso se desmantelou” (*OESP*, 7/3/1914). O legado dos primeiros reformadores aqui aparece desvirtuado pela ação cumulativa de “reformas parciais”, pelas quais se pretendeu ajustar o sistema de ensino às demandas da população.

As idéias de que houvera um “período áureo” na instrução pública paulista e de que a essa era seguiu-se um tempo de decadência e caos permearam todo o discurso e a prática da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, à qual, como foi dito, pertenciam esses professores (CATANI, 1989, p.12). De acordo com Catani (p.16), “ao reformularem nostalgicamente as referências a esse período, os homens do início deste século [XX] lembrarão que as medidas adotadas tenderam a valorizar a atuação e a figura do

professor, [...] ‘chave de toda a evolução do ensino’”, incluindo-se aí “as reformas introduzidas no curso normal, que implicaram, entre outras coisas o aumento da duração do curso de três para quatro anos e a inclusão de novas disciplinas no currículo” (p.27).

Essa nostalgia e esse diagnóstico pertenciam, pois, ao discurso de um professorado descontente com a desvalorização social da categoria, cujos salários haviam sido reduzidos e as condições de trabalho, piorado, no período que se seguiu às primeiras reformas; com a precariedade da formação dos novos quadros do magistério; com a sua exclusão dos processos decisórios concernentes à educação.

Quanto a esse último ponto, Reis Filho observa que, com o Decreto n.518, de 1898, que estabeleceu uma nova sistemática administrativa na estrutura de ensino paulista, desapareceu o Conselho Superior, órgão colegiado que, instalado no “período áureo”, fazia ressoar “as aspirações do magistério e que chegou a exercer certo grau de planejamento educacional”. Eles queriam que os especialistas “assegurassem a posse da gestão dos assuntos educacionais” (CATANI, 1989, p.23), ou que, pelo menos, nisso fossem consultados. Curiosamente, o Diretor Geral da Instrução Pública, João Chrisóstomo, que desde o princípio esteve na Associação e na *Revista*, afirma ao jornalista que, nas ações dos governos paulistas relativas à instrução pública, o professorado paulista teria participado como “colaborador efetivo”.

Quanto às “distorções” apontadas pelos professores, essas teriam-se originado pela ação de sucessivas “reformas parciais” que se sucederam aos primeiros decretos instituidores do sistema público republicano paulista, procurando atender ao desafio das “pressões de natureza quantitativa” que, surgidas nos últimos anos do XIX, então se agravavam. Entre 1890 e 1914, a matrícula geral no ensino primário paulista decuplicara, passando de 14.427 para 152.826 alunos; do mesmo modo, o número de grupos escolares aumentara de 38 unidades em 1898, para 150 em 1914. As medidas tomadas com vistas à expansão da rede de ensino, sem que tivesse havido um correspondente aumento de recursos, teriam levado à queda da qualidade do serviço (ANTUNHA, 1976, p.54). No interior, um grande número de grupos escolares fora criado, nem sempre contando com bons edifícios e mobiliário, materiais didáticos e professores qualificados em número suficiente. Na Capital, as matrículas foram garantidas mediante o desdobramento dos grupos escolares já existentes, ou seja, estes passaram a funcionar em dois turnos (pp.102-105).

O radicalismo das posições críticas à escola pública e à administração das questões de ensino no estado dera-se na segunda fase da *Revista*, de 1905 a 1910. De acordo com Catani (1989, p.24), nessa fase o periódico deixara de ser subvencionado pelo Estado, o que,

se lhe trouxe dificuldades de sobrevivência material, deu bem maior liberdade aos discursos. Nesses discursos, aos legisladores eram imputadas “as principais responsabilidades pelas distorções do sistema de instrução”, e aos professores, “especialistas”, deveriam ser entregues as reformas educacionais. Com o atrelamento do periódico da Associação à Diretoria Geral do Ensino, a partir de 1911, porém, alterara-se o tratamento das questões de ensino em suas páginas. A *Revista* adota, nessa fase, um “tom exortativo e acentuadamente pragmático [...] como se sua finalidade fosse a de dar ‘imediate orientação’ ao professorado”, e as discussões sobre condições de trabalho e salário, antes predominantes, dão lugar às questões de educação moral, higiene e disciplina.

Em 1914, portanto, a categoria encontra-se “silenciada”, já que o órgão pelo qual se comunicava publicamente prendera-se demais ao Estado, para que coubessem críticas significativas às suas ações. O inquérito parece ser a oportunidade que Mesquita oferece à expressão do descontentamento da classe professoral, evidentemente, por querer alvejar o poder político estadual, denunciando suas fraquezas no que concernia à importante questão da instrução pública, uma das bandeiras da propaganda republicana. Ele, que em 1892 havia dado voz a Gabriel Prestes, representante do magistério no Congresso Paulista, publicando seus doze artigos sobre a reforma da instrução pública, parecia ainda simpático à causa dos professores, que toma como aliados na crítica à facção do PRP que controlava o estado.

Referências bibliográficas

- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. (1976). *A instrução pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CALDEIRA, Jorge. (2002). Julio Mesquita, fundador do jornalismo moderno no Brasil. In: MESQUITA, Julio. *A Guerra (1914-1918) por Julio Mesquita*. São Paulo: O Estado de S.Paulo: Terceiro Nome, (vol.1), pp.21-33.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. (1987). São Paulo: Brasiliense.
- CATANI, Denice B. (1989). *Educadores à meia-luz. Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CATANI, Denice B. (1998). Metáforas da iluminação: observações acerca do estudo da história da educação republicana. In: SOUZA, Cynthia Pereira de (org.). *História da Educação*. Processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, pp.43-52.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONARCHA, Carlos. (1999). *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp.

- MORTATTI, Maria do Rosário L. (2000). *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo, 1876-1994). São Paulo: UNESP: CONPED.
- O ESTADO DE S.PAULO (1914). *Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades*. [de 27/02/1914 a 20/04/1914].
- REIS FILHO, Casemiro dos. (1995). *A educação e a ilusão liberal*. Origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad.
- SOUZA, Rosa Fátima de. (1998). *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP.